

IE-00000592-9

INDÚSTRIA

A mesma má "performance"*

*Daisy Dias Schramm Zeni***

A indústria de transformação brasileira

Os indicadores de desempenho do setor industrial brasileiro revelaram no mês de julho do corrente ano a mesma tendência de queda observada nos meses anteriores. Comparando-se o índice de produção física de jul./90 com o de jul./89, constata-se a queda de 7,78%, o acumulado do ano (jan.-jul./89 - jan.-jul./90) caiu 7,25%, e o acumulado dos últimos 12 meses sobre os 12 meses imediatamente anteriores acusou uma retração de 0,76%. Este último indicador, aliás, pela primeira vez neste ano, registrou uma variação negativa, fato que havia ocorrido pela última vez em outubro de 1989.

* Este texto foi redigido em 25.09.90.

** Economista da FEE.

Em uma classificação por categorias de uso, fica claro que a produção de bens de capital foi a que mais contribuiu para o fraco desempenho da indústria no mês de julho. Em comparação com o mesmo mês do ano que passou, julho de 1990 registrou a significativa queda da produção física de 22,53%. A causa dessa má "performance" está intimamente atrelada às baixas taxas de investimento que se têm constatado nos últimos anos, o que tendeu a agravar-se após as medidas de restrição ao consumo determinadas pelo Plano Collor, visando baixar a inflação.

Embora relativamente menos afetada — queda de 11,27% —, a categoria bens de consumo duráveis também vem se ressentindo da diminuição da demanda. A compressão dos salários e a impossibilidade de acesso à poupança, congelada pelo já referido plano, têm impossibilitado o acesso de grande parte dos consumidores aos bens duráveis.

Quanto à produção de bens intermediários, também se observou uma redução da taxa de crescimento da ordem de 6,66% no mês de julho deste ano, em relação a julho de 1989. Fato perfeitamente compreensível, tendo em vista a queda do desempenho da categoria de bens de consumo, e ainda mais caso se considerar que não se vislumbram perspectivas de reaquecimento da economia nos próximos meses.

Tabela 4

Taxas de crescimento da produção física da indústria, por categoria de uso, no Brasil — 1990

DISCRIMINAÇÃO	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS DE CONSUMO (%)		
			Total	Duráveis	Não Duráveis
Mensais (1)					
Maio	-10,94	-13,02	-1,14	9,54	-3,66
Jun.	-27,21	-12,35	-13,06	-28,77	-9,20
Jul.	-22,53	-6,66	-3,78	-11,27	-1,99
Acumuladas no ano (2)					
Maio	-5,61	-5,14	-4,27	-4,40	-4,24
Jun.	-9,98	-6,50	-6,03	-9,24	-5,24
Jul.	-12,05	-6,55	-5,66	-9,58	-4,71
Acumuladas em 12 meses (3)					
Maio	3,31	1,65	2,67	1,26	3,01
Jun.	0,15	0,23	1,00	-1,94	1,71
Jul.	-2,87	-0,94	-0,01	-4,26	1,04

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

(1) Os dados têm como base o mesmo período do ano anterior. (2) Produção acumulada no ano, de janeiro até o mês de referência, em relação a igual período do ano anterior. (3) Produção acumulada nos últimos 12 meses até o mês de referência, em relação aos 12 meses imediatamente anteriores.

Com relação ao emprego, entretanto, observa-se que, no mês de julho do corrente ano, teve início uma leve mudança na tendência de queda constatada desde o princípio de 1990. Foram registradas, em São Paulo — segundo o Departamento de Estatísticas (DECAD) da FIESP —, cerca de 2.383 novas contratações, equivalentes a um aumento de 0,12% da força de trabalho em atividade no setor industrial daquele Estado. Em agosto, mais se acentuou essa retomada de crescimento do nível de emprego. Foram oferecidas mais 6.500 vagas, representando uma ampliação de 0,34% no contingente de trabalhadores, no Setor Secundário, em São Paulo.

Esse movimento de alta referente ao emprego não chega a ser extraordinário, ao que tudo indica, trata-se do efeito da sazonalidade, tendo em vista a aproximação das festas de fim de ano, que sempre determinam um aumento da demanda. Cabe observar que, como a indústria vem procurando seu nível de ajuste à nova realidade da economia brasileira, não há expectativa de crescimento significativo das contratações no setor industrial, nos próximos meses.

Capacitação tecnológica

Complementando as diretrizes gerais da Política Industrial e de Comércio Exterior, o Governo anunciou, em 13 de setembro último, um programa de apoio à capacitação tecnológica da indústria nacional.

Em linhas gerais, os objetivos principais desse programa são:

- a) por fim à reserva de mercado para alguns setores da informática protegidos, até aquela data, pela Lei nº 7.232/84; e
- b) induzir o parque industrial do País a modernizar-se, para enfrentar a concorrência internacional diante da política de abertura implementada pelo Governo.

O propósito explicitado na alínea a consubstancia-se nos seguintes pressupostos: em primeiro lugar, os equipamentos da indústria de informática representam a nova base tecnológica, que propiciará a modernização do setor industrial brasileiro; em segundo lugar, os produtos nacionais dessa área ainda não atingiram — e dificilmente atingirão — o "estado da arte", além de serem bem mais caros do que os similares estrangeiros.

Com base nisso, ficou decidido o fim da reserva de mercado para a maior parte dos equipamentos de automação industrial e de comunicação

digital — aparelhos imprescindíveis à modernização do parque fabril. Todavia alguns bens de informática — cuja seleção será definida pelo Conselho Nacional de Informática (CONIN) — permanecerão protegidos pela reserva de mercado até 29 de outubro de 1992.

Pretende o Governo, dessa maneira, incentivar as indústrias nacionais a adquirirem os bens de capital e componentes microeletrônicos que serão incorporados a seus produtos de firmas estrangeiras originárias de países onde o setor de informática é mais desenvolvido, admitindo que esse procedimento determinará a geração de produtos mais baratos e tecnologicamente mais avançados.

A esse propósito, entretanto, deve-se considerar que a defasagem tecnológica que ainda apresenta a indústria de informática nacional deixa em uma situação frágil perante a concorrência internacional, podendo ocorrer, com a abertura do mercado, o seu sucateamento, daí advindo sérios prejuízos futuros para a economia brasileira.

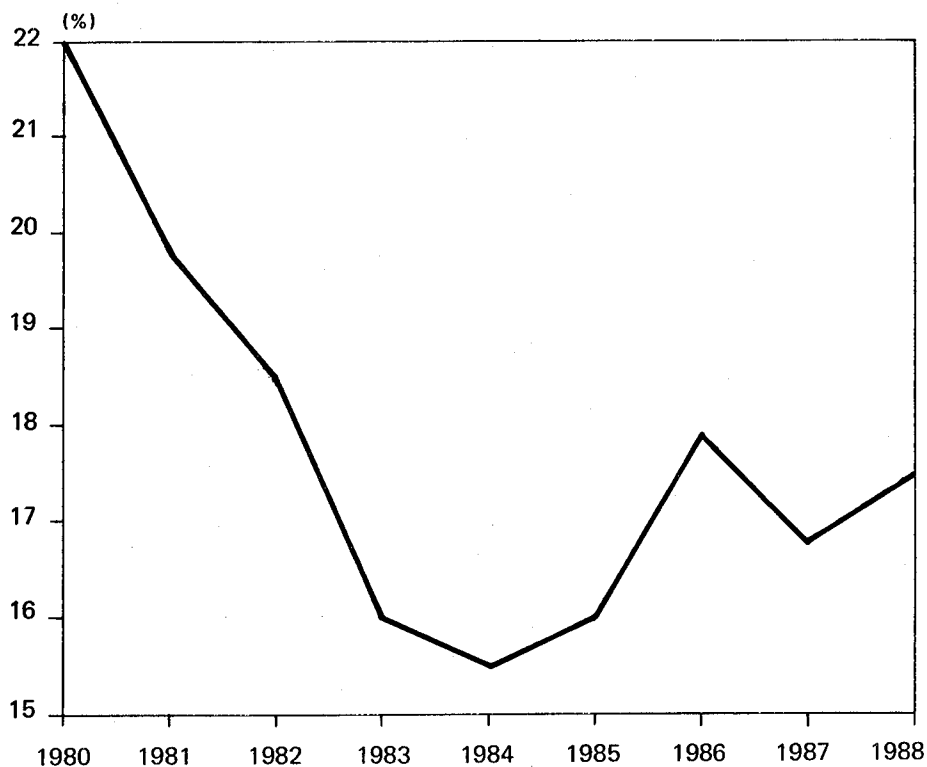
Isto porque, se o País partir para enfrentar a concorrência internacional em uma situação de desvantagem em termos tecnológicos, não terá condições de gerar, ou mesmo incorporar, o progresso técnico capaz de assegurar a manutenção de efetivo poder competitivo. Pois, assim como a concorrência promove o desenvolvimento tecnológico entre competidores de nível técnico semelhante, costuma destruir os mais fracos nos casos de disputa de mercado por agentes que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento.

Com relação à alínea b, a política a ser implementada procura a modernização do parque industrial do País, expondo-o à competição internacional, tendo em vista a defasagem tecnológica observada em diversos de seus setores.

Deve-se ter presente, entretanto, que a estagnação do setor produtivo nacional na década de 80 não pode ser atribuída unicamente à proteção dos mercados nacionais, que limitou a atuação das organizações estrangeiras no País, evitando a concorrência direta com as empresas domésticas. De fato, o protecionismo, inclusive, não foi o fator determinante de tal estagnação. Contribuição bem maior, sem dúvida, representou a ausência de investimentos significativos nesse período, em razão da generalizada instabilidade brasileira (Gráfico 2), que cria baixas expectativas de crescimento em mercados já, por si só, bastante restritos. Essa situação perdura nos dias atuais, agravada pela política recessiva de combate à inflação adotada pelo Governo.

GRÁFICO 2

TAXA DE INVESTIMENTO NO BRASIL – 1980-88



FONTE: CASTELAR, A. & MATESCO, V. (1988). *Investimento em capital fixo na economia brasileira: estimativas trimestrais para o período 1975/87*. Rio de Janeiro, INPES/IPEA. (Textos para discussão interna, 135).

NOTA: Os dados referem-se à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) sobre o PIB.

Observa-se, assim, que, se a propalada abertura não for efetuada de maneira gradual e cuidadosa, o setor industrial brasileiro poderá sofrer sérios retrocessos, afetando principalmente as médias e pequenas empresas.

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul

O desempenho da indústria de transformação do Rio Grande do Sul, no mês de julho passado, ficou bem abaixo do da média nacional. Os indicadores levantados pelo IBGE — mensal, acumulado do ano e acumulado dos últimos 12 meses — registraram quedas significativas da produção. Assim, a taxa de crescimento mensal de jul./89-jul./90 foi de -8,76%, o acumulado do ano (jan.-jul./89-jan.-jul./90) caiu 11,13%, enquanto o acumulado dos últimos 12 meses — com relação aos 12 meses imediatamente anteriores — ficou em -5,25%.

Cabe destacar, na análise mensal, que tiveram contribuição expressiva nesse desempenho negativo os gêneros mecânica (-19,5%) e química (-15,7%), tanto pela dimensão das taxas como pela importância desses gêneros na composição do perfil industrial gaúcho. As más "performances" desses dois gêneros, segundo o IBGE, devem-se principalmente: em relação à mecânica, à baixa demanda por colheitadeiras e por transportadores mecânicos de correia ou esteira e, com referência à química, à contração na procura por fertilizantes. Observa-se, naturalmente, que esses produtos estão estreitamente ligados à atividade agropecuária, e a queda na sua produção retrata a ausência de uma política eficaz para o Setor Primário, de modo a reativar os seus investimentos.

Somente apresentaram um comportamento positivo no mês de julho os gêneros bebidas (16,2%), material de transporte (4,4%) e material elétrico e de comunicações (0,4%). Não obstante, como são setores produtivos de menor representatividade na estrutura do setor industrial do Rio Grande do Sul, seu comportamento positivo não foi suficiente para reverter o quadro geral negativo verificado.

Observe-se, contudo, que os resultados insatisfatórios colhidos pela indústria de transformação no Estado não são específicos do mês de julho de 1990. Com efeito, desde março, quando da implementação da política restritiva do Governo Collor, observa-se a manutenção do movimento de queda da produção, resultando em um desempenho do setor industrial gaúcho bem abaixo do brasileiro e mesmo do apresentado pela Região Sul.

Tabela 5

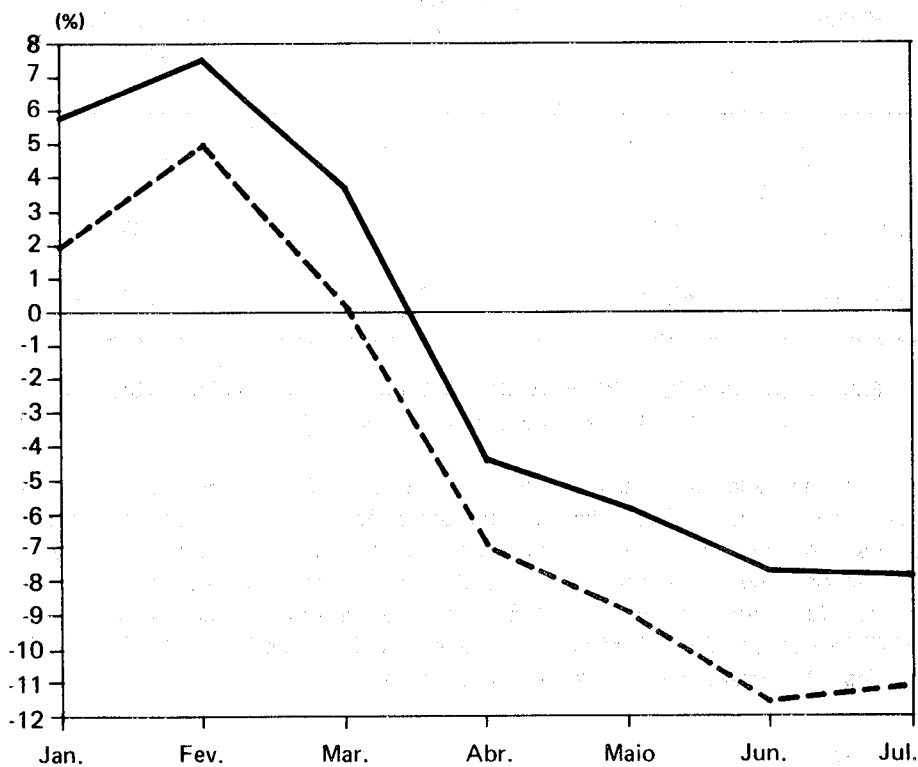
Taxas mensais, acumuladas no ano e acumuladas nos últimos 12 meses
da produção física da indústria de transformação
no Rio Grande do Sul — maio-jul./90

MESES	MENS AIS (1)	ACUMULADAS NO ANO (2)	ACUMULADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES (3)
Maio	-14,88	-8,92	-1,06
Jun.	-22,55	-11,57	-3,89
Jul.	-8,76	-11,13	-5,25

FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Produção Física-Regional (1990). Rio de Janeiro, IBGE, jul.

(1) Indicadores mensais: comparam a produção do mês de referência com a de igual mês do ano anterior. (2) Indicadores acumulados no ano: comparam a produção acumulada no ano, de janeiro ao mês de referência, com a do mesmo período do ano anterior. (3) Indicadores acumulados em 12 meses: comparam a produção acumulada nos últimos 12 meses até o mês de referência com a dos 12 meses imediatamente anteriores.

GRÁFICO 3

TAXAS DE CRESCIMENTO ACUMULADAS DA INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL E DO
RIO GRANDE DO SUL – 1990

LEGENDA:

- Brasil
- - - Rio Grande do Sul